

DIRETAS JÁ, UM SONHO DE MULTIDÕES

o Golpe

O Golpe de Estado deflagrado no Brasil, em 31 de março de 1964, deixou marcas indeléveis na sociedade, tendo em vista as inúmeras atrocidades praticadas por seus protagonistas sob a forma de censura, perseguição, supressão de direitos políticos, prisão, tortura e até mesmo assassinato, ao longo de mais de duas décadas.

A repressão imposta pelo Regime Militar, imediatamente implantado no País, fez com que muitos artistas, intelectuais, líderes políticos, cientistas e estudantes optassem pelo exílio em busca de segurança e liberdade, de onde só retornariam após a anistia de 1979. Alguns daqueles jamais retornaram. Estima-se que sete mil brasileiros deixaram o País no período da ditadura militar, constituindo-se assim na maior diáspora da nossa história.

O número de pessoas presas pelo Regime Militar, acusadas de subversivas, é um dos grandes mistérios do período ditatorial. De uma, porque o Regime sempre omitiu o número oficial de presos; de outra, porque muitas prisões eram efetuadas sem ao menos ter registro, ou seja, eram efetuadas aleatoriamente. Em seu livro "Brasil Nunca Mais", coordenado por D. Paulo Evaristo Arns, Paulo Vannuchi estima que foram 50 mil prisões no período.

O relatório final da CNV-Comissão Nacional da Verdade, cujos trabalhos acompanhei de perto em Brasília, afirma que 434 pessoas morreram ou desapareceram nos porões da ditadura militar.

o AI - 5

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, foi o mais odioso instrumento de força perpetrado pelo Regime Militar implantado no Brasil em decorrência do Golpe de Estado deflagrado em 31 de março de 1964.

Sua decretação, por Costa e Silva, inaugurou o período mais truculento do Regime



ditatorial, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem contrários ao Regime. Em apenas doze artigos concedia ao Presidente da República poderes para cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de qualquer pessoa, bem como decretar o recesso do Congresso Nacional, assumindo suas funções legislativas.

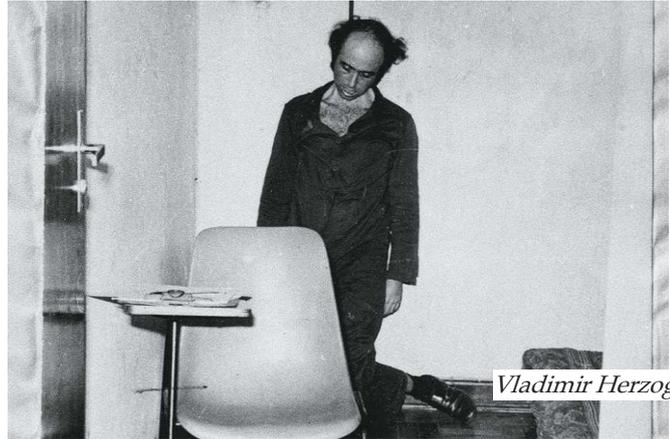


Durante o Regime Militar, cinco generais ditadores encastelaram-se no Palácio do Planalto: Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.



Mas foi nos governos de Costa e Silva e Médici, durante a vigência do AI-5, que a ditadura militar praticou as maiores atrocidades, sequestrando crianças, queimando opositores em fornos, enterrando-os clandestinamente em

covas coletivas, forjando suicídios, e praticando diversos outros crimes pelos quais ninguém foi punido até hoje.



a Abertura Política

As fortes pressões exercidas por diversos setores da sociedade civil aceleraram o início do longo e tormentoso processo de abertura política, em 1978, ainda no governo Geisel.

O primeiro passo nessa direção foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, em 13 de outubro do mesmo ano, que extinguiu o AI-5.

O segundo passo foi a sanção da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concedeu anistia a todos os acusados de cometerem crimes políticos ou eleitorais, bem como àqueles que sofreram restrições dos seus direitos políticos, o que possibilitou o retorno de muitos exilados como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes e tantos outros, pavimentando o caminho para a redemocratização do Brasil, com a substituição do sistema bipartidário pelo pluripartidarismo.



A menina se recusa a apertar a mão do general presidente João Batista Figueiredo.

O terceiro passo foi a realização de eleições diretas para governadores, senadores, deputados federais e estaduais, em 1982, que, concretamente, representou a semente que o País precisava para seguir rumo à democracia.

Naquele pleito, no cômputo geral, os resultados obtidos nas urnas pelo PDS (partido do governo) foram idênticos aos obtidos pela oposição (integrada

pelo PMDB, PDT, PTB e PT), cujo equilíbrio viria possibilitar a composição do Colégio Eleitoral em 1985.

Surpreendentemente, a oposição ao Regime elegeu 10 dos 22 governadores estaduais de então, sendo que o PMDB elegeu 9 (Franco Montoro/SP, Tancredo Neves/MG, José Richa/PR, Iris Rezende/GO, Amazonino Mendes/AM, Gérson Camata/ES, Wilson Martins/MS, Jader Barbalho/PA e Nabor Júnior/AC) e o PDT elegeu 1 (Leonel Brizola/RJ).

No Senado Federal, das 23 vagas existentes, o PDS conquistou 13, o PMDB 9, e o PDT 1 vaga.

Na Câmara dos Deputados, das 479 cadeiras, o PDS conquistou 235, o PMDB 200, o PDT 23, o PTB 13, e o PT 8. Ou seja, o bloco de oposição conquistou 51% das cadeiras da Casa.

Aquela retumbante vitória da oposição nas eleições majoritárias e proporcionais de 1982 não foi só uma festa. Foi muito mais que isto. Representou, objetivamente, o início da caminhada na direção da redemocratização do País.

Imbuídos desse espírito, em 1º de fevereiro de 1983, os 254 senadores e deputados federais da oposição foram empossados para a 47ª legislatura do Congresso Nacional e, em seguida, no dia 15 de março, tomaram posse os 10 governadores oposicionistas dos estados mais influentes da federação.

as Diretas Já

Mas se no campo político alguns avanços haviam sido obtidos até então, o mesmo não se podia dizer da economia que agonizava com uma inflação de 239% ao ano, com recessão e elevação do custo de vida, além de um endividamento externo da ordem de US\$100,2 bilhões.

Aquele cenário de crise econômica gerou uma insatisfação generalizada, revelando que o Regime Militar havia chegado à exaustão. O cupim chegara à cumeeira da casa, por assim dizer!

O sentimento nacional predominante era um só: aquele era o momento de unir forças e concluir a obra de abertura política, realizando, imediatamente,

eleições diretas para presidente da República e, ato contínuo, convocar a Assembleia Nacional Constituinte. Afinal, cavalo encilhado não passa duas vezes!

Naqueles tempos, a televisão brasileira exibia excelentes programas de entrevistas, a exemplo do Canal Livre, da Rede Bandeirantes, ainda hoje existente.

Desse modo, já no dia 20 de março de 1983, decorridos apenas cinco dias da posse dos novos governadores, o convidado especial do Canal Livre foi o saudoso senador alagoano Teotônio Vilela, também conhecido como "O menestrel das Alagoas", graças à canção do mesmo nome composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, lindamente interpretada por ninguém menos que Fafá de Belém. Experiente e desfrutando de grande prestígio e respeitabilidade junto à opinião pública nacional, o senador valeu-se da estupenda audiência e credibilidade do programa e lançou ali, para todo o Brasil, ao final da noite daquele domingo, a ideia de criar um movimento a favor de eleições diretas para presidente da República.

No dia seguinte, segunda-feira, "DIRETAS JÁ" foi a manchete estampada na primeira página dos principais jornais do País, despertando a esperança e soando como um verdadeiro grito de guerra para milhões de patriotas sequiosos pelo fim do Regime Militar.

Coincidência ou não, poucos dias depois, ou seja, no dia 31 de março de 1983, no recém-criado município de Abreu e Lima/PE, ocorreu a primeira manifestação pública a favor de eleições diretas para presidente da República, organizada pelo PMDB local, com apenas 100 participantes. Naquela conjuntura, era muito difícil reunir as pessoas nas ruas, pois todos temiam a ação truculenta dos militares.

"Alea jacta est!" Dizíamos nós, militantes políticos.

Muitas outras manifestações se seguiram àquela, já sob a forma de comícios, ainda em 1983, a exemplo do comício de Goiânia, em 15 de junho, com 5.000 pessoas; Teresina, em 26 de junho, com 3.000 pessoas; São Paulo, em 27 de novembro, com 15.000 pessoas; e o de Ponta Grossa, em 9 de dezembro, com 1.000 pessoas, a despeito da repressão com policiamento ostensivo imposta pelo regime ditatorial.

Em janeiro de 1984, com o agravamento da crise econômica, o movimento ganhou força e, com a adesão de diversas entidades de classe, sindicatos, artistas, intelectuais, jornalistas e estudantes, adquiriu legitimidade e condições objetivas para avançar com maior liberdade.

Como cediço, a presença de uma sociedade civil forte é essencial para garantir a democracia, a paz, a segurança e o desenvolvimento de uma nação.

A classe política daqueles tempos, na sua esmagadora maioria, era frequentada por nomes verdadeiramente ilustres, merecedores do respeito, da confiança e da admiração da população, a exemplo do Dr. Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Leonel Brizola, Teotônio Vilela, Pedro Simon, Miguel Arraes, Franco Montoro, Mário Covas, José Richa, Luís Carlos Prestes, Fernando Henrique Cardoso, Chico Pinto, Luis Henrique da Silveira, Celso Furtado, Eduardo Suplicy, Roberto Freire, Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire, Dante de Oliveira, Orestes Quércia, Gérson Camata, Fernando Lyra, Moreira Franco, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Severo Gomes, Jorge da Cunha Lima e tantos outros, todos já consagrados como grandes lideranças de expressão nacional, maestros daquele momento histórico.

Outras personalidades também emprestaram o peso do prestígio pessoal à memorável campanha das Diretas Já, tais como Sobral Pinto, Sócrates, Mário Lago, Fafá de Belém, Milton Nascimento, Martinho da Vila, Chico Buarque, Gianfrancesco Guarnieri, Beth Carvalho, Osmar Santos etc.

Uma dessas personalidades e uma linda canção - que se tornara o hino das Diretas Já - tiveram papel de destaque na campanha: Fafá de Belém e Coração de Estudante.

Esnobando talento, simpatia e amor à causa, Fafá de Belém participou intensamente dos 32 comícios realizados pela campanha, interpretando a canção Menestrel das Alagoas (homenagem póstuma ao ex-senador Teotônio Vilela, falecido em 27 de novembro de 1983), além de interpretar de forma original o Hino Nacional Brasileiro ao fim de cada evento, quando era ovacionada por todos. Terminada a interpretação do Hino Nacional, Fafá soltava uma pomba branca, cujo gesto passou a ser o símbolo da campanha e a cantora virou a musa das Diretas Já. Tão ativo era o envolvimento de Fafá de Belém na campanha que no comício de 10 de abril na Candelária/RJ um fato despertou a atenção de todos nós presentes: momentos antes do início do comício, chegou ao local um jovem magro, alto, barbudo, deputado federal pelo PMDB do Mato Grosso (1º mandato), de nome Dante de Oliveira, autor da Proposta de Emenda Constitucional das Diretas Já. Quando tentou subir ao palanque, foi impedido por policiais do Regime que patrulhavam a área. Fafá desceu imediatamente, disse aos policiais que Dante precisava subir, pois era o percussionista de sua banda, e tudo ficou resolvido.

Coração de Estudante, o hino das Diretas Já, é uma daquelas raras e lindas canções que traduzem fielmente o sentimento de uma nação num momento singular de sua caminhada histórica.

Na verdade, inicialmente, o músico Wagner Tiso criou sua melodia, por encomenda, para o documentário Jango, que narra a trajetória política do saudoso ex-presidente João Goulart. Depois do lançamento do filme, Milton Nascimento escreveu a letra inspirado nas lembranças do velório do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto pelo Regime Militar, em 1968, no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro. De imediato, a canção foi recepcionada pelos estudantes engajados na campanha das Diretas Já, tornando-se o hino do movimento, magistralmente interpretada pelo próprio Milton. Quando chegou às emissoras de rádio, os protestos ganharam as ruas e a canção logo caiu no gosto da população.



Begônia, também conhecida como coração-de-estudante.

a PEC - nº 5

Assim que chegou à Câmara dos Deputados, em 1º de fevereiro de 1983, para exercer seu primeiro mandato de deputado federal, o jovem mato-grossense Dante de Oliveira, de apenas 30 anos, PMDB, dedicou-se a coletar as assinaturas para apresentar o projeto de emenda constitucional para estabelecer eleições diretas e imediatas para presidente da República.



Ao obter as assinaturas de 170 deputados e 23 senadores, já no dia 2 de março apresentou a PEC-Proposta de Emenda Constitucional nº 5.

Ante a forte pressão das ruas, manifestada nos comícios e passeatas, e o rigoroso empenho dos partidos de oposição, liderados pelo PMDB, tendo à frente o timoneiro ULYSSES GUIMARÃES, a tramitação da PEC nº 5 seguiu à galope, a despeito das inúmeras manobras perpetradas por parlamentares da situação. Na semana da sessão de votação, o Distrito Federal e alguns municípios goianos foram submetidos a diversas Medidas de Emergência editadas pelo Palácio do Planalto. No próprio dia 25 de abril de 1984, dia da votação da PEC nº 5, ao final da tarde, um misterioso apagão deixou sem energia elétrica boa parte das regiões sul e sudeste, causando medo e inquietação na população ávida por acompanhar pelo rádio a votação. Depois de mais de duas horas foi restabelecido o fornecimento de energia, seguido de genéricas explicações da Eletrobrás. Além disso, tropas do Exército foram posicionadas na Esplanada dos Ministérios e em frente ao Congresso Nacional. Diversas outras medidas intimidatórias foram adotadas pelo Regime Militar visando a rejeição da proposta de emenda.

Finalmente, na inesquecível noite de 25 de abril de 1984, depois de longa caminhada acalentando um sonho, entoando Coração de Estudante, verdadeiro canto de esperança, num clima de medo e intimidação explícita, a nação brasileira foi golpeada mais uma vez com a rejeição da Proposta de Emenda Constitucional nº 5, por não alcançar o número mínimo de votos necessários para a sua aprovação. Foram 298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções, sendo que 112 deputados aliados do Regime Militar deixaram de comparecer ao plenário da Câmara dos Deputados.

Frustração e tristeza foram os sentimentos que invadiram a alma da grande maioria da população brasileira naquela noite de 25 de abril de 1984.

Tudo isso foi há trinta e seis anos. Contudo, lembro de cada detalhe como se tivesse sido ontem!

Mas valeu a pena. Foi uma derrota com sabor de vitória!



Jorge Freitas
in Tropeços no Caminho da Liberdade

inverno/2020.